

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ
CURSO DE PEDAGOGIA

ELIETE DOS SANTOS DA SILVA

**O CURRÍCULO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA RITA LORE WICKLEIN EM
CODÓ-MA**

CODÓ
2023

ELIETE DOS SANTOS DA SILVA

**O CURRÍCULO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA RITA LORE WICKLEIN EM
CODÓ-MA**

Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia
Licenciatura Plena da Universidade Federal do
Maranhão/UFMA – Centro de Ciências de
Codó, como requisito final para obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Kelly Almeida de
Oliveira.

Co-orientador: Prof. Esp. Jhonatan Wendell
Tavares Ferreira

CODÓ
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

dos Santos da Silva, Eliete.

O CURRÍCULO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA RITA LORE
WICKLEIN EM CODÓ-MA / Eliete dos Santos da Silva. - 2023.
31 f.

Coorientador(a): Jhonatan Wendell Tavares Ferreira.

Orientador(a): Kelly Almeida de Oliveira.

Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão,
Codó, 2023.

1. Currículo. 2. Educação do Campo. 3. Escola
Família Agrícola. 4. Pedagogia da Alternância. I.
Almeida de Oliveira, Kelly. II. Wendell Tavares Ferreira,
Jhonatan. III. Título.

ELIETE DOS SANTOS DA SILVA

**O CURRÍCULO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA RITA LORE WICKLEIN EM
CODÓ-MA**

Artigo apresentado no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão/UFMA – Centro de Ciências de Codó, como requisito final para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Kelly Almeida de Oliveira (UFMA)
Orientadora

Prof. Esp. Jhonatan Wendell Tavares Ferreira (UFMA)
Co-orientador

Prof. Marcos Vinicius Coutinho de Queiroz (SEMECTI/EFA/Codó)
1° Avaliador

Profa. Ma. Soraia Lima Ribeiro de Sousa (UFMA)
2° Avaliadora

Prof. Dr. Samuel Correa Duarte
3° Avaliador

O CURRÍCULO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA RITA LORE WICKLEIN EM CODÓ-MA

Eliete dos Santos da Silva

RESUMO

A Educação do Campo teve que enfrentar desafios e lutar para conquistar seu espaço, de modo que até os dias atuais reivindica acesso a direitos que lhe são negados. O presente artigo tem como objetivo provocar questionamentos sobre o currículo da Escola Família Agrícola Rita Lore Wicklein, localizada no povoado Monte Cristo, na MA 026, no município de Codó, no estado do Maranhão. através da abordagem qualitativa, da qual utilizamos os procedimentos metodológicos de pesquisa de campo, com o uso dos recursos de observação e entrevista. O sujeito participante da pesquisa foi o gestor da Escola Família Agrícola (EFA) Rita Lore Wicklein. Para trabalhar essa temática, utilizamos os teóricos Roseli Caldart(2002), Miguel Arroyo(1999;2007), Zamberlan(1995), Freire(2022) e outros. Através dos dados coletados na pesquisa e com o uso desses teóricos, podemos entender melhor como deve ser o ensino nas escolas do campo e como realmente é na prática pedagógica. A metodologia da escola é com base na Pedagogia da Alternância, a qual podemos observar que auxilia o estudo, pois, nas observações notamos que a instituição é voltada para a formação integral com a participação da comunidade e da cultura no processo de ensino e aprendizagem. Concluímos que a Educação do Campo deve estabelecer uma relação direta com o processo de ensino e aprendizagem, colocando no currículo escolar a realidade do estudante e trazendo para sala de aula.

Palavras-chave: Educação do campo; Escola Família Agrícola; Currículo; Pedagogia da alternância.

ABSTRACT

Field Education had to face challenges and fight to conquer its space, so that to this day it demands access to rights that are denied to it. This article aims to provoke questions about the curriculum of the Escola Família Agrícola Rita Lore Wicklein, located in the village of Monte Cristo, in MA 026, in the municipality of Codó, in the state of Maranhão. through a qualitative approach, in which we use field research methodological procedures, using observation and interview resources. The subject participating in the research was the manager of the Escola Família Agrícola (EFA) Rita Lore Wicklein. To work on this theme, we used theorists Roseli Caldart(2002), Miguel Arroyo(1999;2007), Zamberlan(1995), Freire(2022) and others. Through the data collected in the research and with the use of these theorists, we can better understand what teaching should be like in field schools and what it really is like in pedagogical practice. The school's methodology is based on Alternation Pedagogy, which we can see helps the study, as in the observations we note that the institution is

focused on comprehensive training with the participation of the community and culture in the teaching and learning process. We conclude that Field Education must establish a direct relationship with the teaching and learning process, placing the student's reality in the school curriculum and bringing it into the classroom.

Keywords: Field education; Agricultural Family School; Curriculum; Alternation pedagogy.

1 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação é uma das formas que a sociedade encontrou para mudar suas realidades, difundir saberes e modificar as culturas de outros, quando estes são impostos a uma educação contrária a sua realidade. A educação do campo surge a partir das lutas sociais para garantir direito à educação de qualidade e com participação social.

A partir deste ponto, surgem indagações sobre a educação do campo, e como seu currículo é trabalhado no contexto escolar. Partindo destes questionamentos, iniciamos a pesquisa sobre a temática e a maioria dos estudiosos/as, como Roseli Caldart(2002), Miguel Arroyo(1999;2007), Zamberlan(1995) e outros abordam que a Educação do Campo é marginalizada e inferiorizada no processo de produção e execução de políticas públicas educacionais. É imprescindível dedicar atenção à efetivação da Educação do Campo, com vistas a agregar relatos sobre esse tema. Além disso, essa abordagem proporciona uma oportunidade crucial para ampliar a conscientização da sociedade em relação às questões pertinentes ao campo, oferecendo-lhes maior visibilidade e compreensão . o interesse pela temática surgiu através das aulas expositivas sobre o conteúdo do campo, mas também por desejo pessoal em conhecer a realidade das escolas do campo, trazendo um pouco da própria história do meu pai, que sendo, homem do campo teve que enfrentar desafios e lutar para conseguir estudar, porém, como no tempo em que ele frequentou a escola o ensino era diferente do modelo atual ele não pode continuar os estudos.

A partir disso, surgiu o interesse em trabalhar com a Educação do Campo, voltado especificamente para trazer questionamentos sobre o currículo da Escola Família Agrícola Rita Lore Wicklein, localizada no povoado Monte Cristo na MA-026. Iniciando a partir da indagação sobre o funcionamento do currículo da Escola Família Agrícola , surge a seguinte pergunta: como é organizado o currículo de uma escola do campo e quais são os desafios enfrentados? . O objetivo geral deste estudo é compreender o funcionamento do currículo da Escola Família Agrícola Rita Lore Wicklein. Os objetivos específicos são identificar o modelo pedagógico utilizado na escola, analisar o papel dos pais e da comunidade no processo educacional, observar as atividades realizadas e a relação professor-estudante.

A Escola Família Agrícola Rita Lore Wicklein, possui apenas um andar, é uma construção antiga, pois nunca passou por reforma desde de sua criação em 2005, possui 4 salas de aula, 1 biblioteca, 1 refeitório, 5 quartos, 3 banheiros, 1 sala do diretor e 1 cozinha. possui árvores perto da escola , no pátio possui árvores e espaço para as crianças brincarem. também tem na área externa, 1 campo para os alunos jogarem ou fazerem outras brincadeiras, e tem uma horta.A escola atende às crianças do 6° ao 9° ano do ensino fundamental II,As salas de aula são espaçosas, acomodam 20 alunos, porém, só frequentam 12 alunos em sala de aula. A escola tem matriculados 42 alunos.A escola possui 10 professores(monitores),alguns de convênio com o município e outros do estado.

De acordo com o portal do Ministério da Educação (MEC¹), a Pedagogia da Alternância é um método que busca a interação entre a/o estudante que vive no campo e a realidade que ela/ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimento entre seu ambiente de vida e o trabalho escolar. Nessa concepção, a/o estudante passa 15 dias no convívio escolar e 15 dias no convívio familiar, intercalando conhecimento e experiência, resumindo, o método da alternância busca a interação entre o estudante do campo e seu cotidiano.

Como aporte teórico, temos autores/as que trabalham a questão do Campo como: Kolling; Cerioli e Caldart (2002); Arroyo (1999); Bergamasco (2016); Fernandes (1999) que estudam sobre as questões do campo. E para explicar de forma mais sucinta a EFA, temos como base Saviani (2016). Com estes autores, tivemos um maior entendimento da Pedagogia da Alternância e da EFA.

Este estudo está organizado em três seções. O primeiro, temos contextualizando a educação do campo, que oferece uma apresentação sucinta da temática abordada., temos o conceito de Educação do Campo, delineando seus principais aspectos, a análise do currículo, oferecendo uma breve contextualização do seu conceito e importância. Posteriormente, abordaremos a história da Educação do Campo, contextualizando-a. Logo após, examina se a legislação pertinente à Educação do Campo, destacando as principais leis que impactam e beneficiam essa área de ensino..Logo em seguida, temos a seção dois,que trata da metodologia, detalhando como se deu a pesquisa e quais procedimentos metodológicos foram

¹ <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pedagogia-da-alternancia>
<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pedagogia-da-alternancia> acesso em 30 de outubro de 2023.

adotados, com o tipo de pesquisa, sujeitos participantes e entre outras informações que serviram de base para elaboração da pesquisa e dos seus resultados, com auxílio da bibliografia da área. Em seguida, temos a seção três, os resultados e discussões, relacionando com o que os/as autores/as da área falam sobre os resultados encontrados. Por fim, temos as Considerações Finais, apresentando uma visão geral de toda a pesquisa e se os objetivos foram alcançados.

1.1 CONCEITO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

O que é Educação do Campo? De acordo com Bergamasco (2016, p.1):

A Educação do Campo é uma proposta abrangente que visa à formação do homem do campo e também a valorização no que diz respeito ao espaço, tempo e modelo de currículo, que mobilize as atividades campesinas abrangentes a toda a família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável.

Desse modo, podemos perceber que a Educação do Campo tem como foco principal a valorização do conhecimento da pessoa do campo e que ele possa ser apresentado como modelo de ensino para a população campesina. Podendo assim, tornar os cidadãos do campo detentores de seu próprio processo educacional, através de uma metodologia específica para pessoas do campo, respeitando sua cultura e seus conhecimentos. Em relação ao conceito de Educação do Campo, os estudiosos Kolling; Cerioli e Caldart (2002, p. 259) abordam:

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas.

Sendo assim, notamos que a Educação do Campo está relacionada com a luta da população do campo, em obter acesso e garantia a direitos e uma nova visão voltada para suas particularidades, diversidade e necessidade, possibilitando autonomia e engajamento do povo do campo em seu modelo de educação. Desde o início, a Educação no Campo foi marcada por lutas de movimentos sociais, em prol de uma educação adequada para o modelo do campo, com foco no viés cultural e histórico.

Mas, como surgiu essa expressão? O surgimento da expressão “Educação do Campo” ocorreu a partir das discussões no Seminário Nacional realizado em Brasília,

de 26 a 29 de novembro de 2002. Momento em que foram reafirmados os debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004. Antes, a Educação do Campo era chamada de Educação Básica do Campo. Logo após os debates de 2002, ela mudou para Educação do Campo.

A escola tem uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino (Kolling; Cerioli e Caldart, 2002). Nessa concepção, as pessoas são vistas como detentoras e capazes de elaborar uma educação que possa auxiliar na formação de pessoas donas do seu próprio destino, assegurando-lhes o direito à uma Educação do Campo que respeite e valorize sua cultura e tradições, considerando desde a Educação Infantil até a Universidade. Ainda falando sobre conceito, temos as concepções de Cordeiro e Hamermuller (2019, p. 18):

A Educação do Campo abrange a compreensão da estrutura social do meio em que está inserida e pode ser considerada uma conquista dos movimentos sociais. Estes, nesse sentido, questionam o paradigma da educação rural e propõem a Educação do Campo enquanto fundamento histórico buscando recriar o conceito de camponês e utilizando, portanto, a categoria “campo” como sinal significativo de tal recriação.

Podemos perceber que a Educação do Campo é fruto das lutas sociais em prol de uma educação que aborda e trabalha a realidade da população do campo, assegurando-lhes o direito de estudar no campo e de acordo com sua realidade. A partir disso, surge o interesse em elaborar um currículo que valorize a pessoa do campo e seu conhecimento. Arroyo e Fernandes (1999, p. 63) dizem que:

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de que tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e sobretudo de educação.

Desse modo, podemos ver que em seu conceito de Educação do Campo critica a visão de lugar de produção agrícola, mas afirma que o campo é o local de educação e de trabalhar, estudar e exercer sua identidade cultural com dignidade. Arroyo (2007, p. 158) também tem seus ideais sobre a Educação do Campo, voltadas para as

questões de políticas de formação e as leis que fortalecem as bases da Educação do Campo, quando afirma:

Uma hipótese levantada com frequência é que nosso sistema escolar é urbano, apenas pensado no paradigma urbano. A formulação de políticas educativas e públicas, em geral, pensa na cidade e nos cidadãos urbanos como o protótipo de sujeitos de direitos. Há uma idealização da cidade como o espaço civilizatório por excelência, de convívio, sociabilidade e socialização, da expressão da dinâmica política, cultural e educativa. A essa idealização da cidade corresponde uma visão negativa do campo como lugar do atraso, do tradicionalismo cultural.

Dessa forma, percebemos que a Educação do Campo é marginalizada e tratada como atraso por parte das políticas públicas. Isso impossibilita ao cidadão do campo uma educação de qualidade voltada para seus direitos, pois o modelo de educação está voltado para o paradigma urbano, como um modelo do que deve ser ensinado e que tipo de cidadão deve ser formado.

1.2 CURRÍCULO

Podemos definir currículo de acordo com Campos e Silva (2009, p. 29):

Considerando o sentido etimológico da palavra currículo (em latim, curriculum), em sua origem e abrangência significa o curso, o percurso, o caminho da vida ou das atividades de uma pessoa ou grupo de pessoas. Pode-se dizer que não houve alterações profundas até hoje, mas não podemos deixar de assinalar importantes variações de vocábulo, no uso e na apropriação do mesmo pelo vocabulário pedagógico.

A partir daí, então podemos compreender que o currículo tem sua definição em descrever a trajetória de uma pessoa, do qual pode-se variar o vocabulário no conceito pedagógico. Nesse sentido, a palavra currículo possui outra definição no campo pedagógico. Para entender o significado do currículo, pedagogicamente, primeiro temos que compreender seu conceito geral. Como cita Jesus (2009), o currículo é um campo permeado de ideologia, cultura e relações de poder. Pode ser percebida a ideologia por meio das ideias que são transmitidas de acordo com a elite, trazendo sua linguagem como exemplo a ser seguido. Além disso, temos a parte da cultura, pois como sabemos, a cultura de cada sociedade e histórico é essencial para definir o que deve ser ensinado. A junção da ideologia com a cultura traz à tona as relações de poder existentes, e através destas podemos lutar por transformações nas relações de poder, conseqüentemente, favorecendo mudanças sociais .

Sendo assim, o currículo contribui para construção de uma proposta pedagógica que valorize o processo de ensino-aprendizagem, como Sacristán (1999, p. 61) afirma:

O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (idéias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições.

O currículo está ligado ao conhecimento cultural de sua época e a cultura preexistente, além de que se deve valorizar o conhecimento dos alunos, analisando quanto ele sabe e quanto ainda tem pra apreender. Através disso, podemos citar os níveis de currículo existentes: o Formal, Real e Oculto. O Currículo Formal está relacionado ao que é estabelecido pelas instituições de ensino, aquilo que os alunos devem aprender de acordo com as leis curriculares. O Currículo Real aborda sobre o que ocorre em sala de aula através de um plano de ensino elaborado pelo professor. Em relação ao Currículo Oculto, este pode ser entendido como as trocas sociais que ocorrem diariamente no cotidiano dos alunos, tanto no campo escolar como no meio social em que eles estão inseridos (Sacristán, 1999).

A partir destes, podemos citar a concepção de Freire (2022) que critica a educação bancária, do currículo tradicional, que compreende o aluno como um depósito vazio que deve ser preenchido por conhecimento exclusivo do professor, sem interação do aluno e sem sua participação na criação de seu próprio conhecimento. Assim, com essa crítica, Freire luta em prol de uma educação libertadora, "um processo pelo qual o educador convida os educandos a reconhecer e desvelar a realidade criticamente" (Freire, 2022, p. 20).

Freire (2022) traz uma concepção pedagógica de que o aluno é capaz de criar seu conhecimento e desenvolver um pensamento crítico sobre a sociedade e o processo de ensino, do qual torna o papel do aluno crucial na construção do currículo, considerando sua bagagem educacional na sala de aula.

De acordo com a Lei n° 9.394/96, temos:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Pode-se perceber, que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) fica claro, que deve ser levado em consideração o conhecimento e as características culturais diversas dos alunos, exigindo que o currículo respeite as características específicas de cada região, trazendo uma proposta curricular diversificada e variada para cada região. Desta forma, entramos em um pensamento sobre o currículo na Educação do Campo, considerando sua realidade diferente da zona urbana.

O currículo na perspectiva da Educação do Campo segundo Costa e Batista (2021, p. 8) é:

O currículo na perspectiva da Educação do Campo só pode ser compreendido como parte de um projeto de Educação de classe, que se coloca em contraposição ao projeto dominante de educação. O projeto de Educação do Campo, nascido dos camponeses e dos seus movimentos sociais se funda numa perspectiva de educação emancipadora e contra hegemônica calcada em alguns princípios políticos, pedagógicos e epistemológicos: formação humana que desenvolva todas as dimensões dos sujeitos; o fazer educativo calcado no diálogo entre educandos/as e educadores/as, mediado reflexão dos temas e questões da cultura, da produção, dos modos de vidas dos/as sujeitos do campo, como elementos para a construção de conhecimentos que contribuam para entender e transformar a vida a partir de um projeto de sociedade solidária, igualitária, sustentável.

Na concepção do campo, o currículo é visto como uma oposição ao projeto educacional do capital hegemônico e é pensado através dos camponeses e dos movimentos sociais, que visa uma educação que valorize a cultura, a produção de conhecimento, o modo de vida da pessoa do campo e traz para sala de aula, o cotidiano e as experiências da pessoa do campo.

1.3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

. As EFAS foram criadas no período entre guerras, principalmente na Segunda Guerra Mundial, por conta da profunda alteração na área agrária da Europa. A ideia era regenerar a educação, agricultura e cidadania.

O Padre Abbé Granereau e um grupo de agricultores iniciaram a primeira experiência educativa em alternância na França. O método da alternância busca a interação entre o estudante do campo e seu cotidiano. De forma, estabelece uma

troca constante de conhecimentos entre seu ambiente escolar, seu local de vivência e seu trabalho.

A Educação do Campo surgiu através das lutas sociais da população camponesa em busca de melhores condições de ensino, pelo direito a uma educação que valorizasse sua cultura e sua realidade. A Educação do Campo no Brasil, sempre foi desvalorizada e vista como algo inferior (Kolling; Cerioli e Caldart, 2002). No período colonial, os escravizados que trabalhavam no campo, não tinham assegurado o direito à educação, visto que, não era necessário ser alfabetizado para exercer o serviço braçal.

A educação era apenas uma forma da burguesia garantir seus privilégios. Como afirma Leite (1938, p. 14):

“A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente da expressão: gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”.

A educação era uma oportunidade que somente os nobres tinham acesso, enquanto os camponeses se ocupavam com o trabalho agrícola.

A educação rural, pode-se dizer, que iniciou no período colonial, com a chegada dos jesuítas cujo objetivo principal era impor os padrões da coroa portuguesa à população que estava nessas terras, como os indígenas e os escravizados trazidos para o Brasil.

Fazendo um recorte histórico da trajetória educacional, podemos citar algumas datas importantes, como 1808, quando surgiu a demanda por uma educação que atendesse a elite. Já em 1824, foi outorgada a primeira Constituição Imperial no Brasil. Logo após, no ano de 1827, temos a criação das escolas de primeira letra em cidades, vilas e lugarejos e a escola de meninas nas cidades mais populosas. Porém, estas criações nunca foram adotadas na prática. No Rio de Janeiro e na Bahia no ano de 1830, surgiram as escolas normais (Saviani, 2007).

Na primeira Constituição Republicana, no ano de 1891, foi retirada a referência ao ensino gratuito. Além disso, o voto só seria permitido para pessoas alfabetizadas. Contudo, a maioria da população era analfabeta. Com o aumento dos números de analfabetos, por volta dos anos 1920, e a demanda de mão de obra aumentando

devido a urbanização, surgiram alguns movimentos reivindicando reformas no âmbito educacional (Saviani, 2007).

No período dos anos 1930, as atenções voltaram-se para educação rural, com o intuito de diminuir o processo de migração das pessoas do campo para cidade, trazendo assim a Educação Rural para um panorama de maior visibilidade. Nas décadas de 1950 e 1960, surgiram movimentos educacionais inspirados nas teorias de Paulo Freire, que auxiliava os trabalhadores rurais com uma proposta de ensino inovadora e que trouxe a alfabetização de 300 trabalhadores em 40h, porém esse trabalho de Paulo Freire foi reprimido pela Ditadura Militar, por ensinar o povo uma leitura crítica e política.

As discussões sobre a Educação Rural alcançaram êxito com a Constituição Federal de 1988, que garantiu o direito à educação a todos, sendo este dever do estado e da família. A Constituição Federal (CF) de 1988, ao garantir a educação como direito de todos e dever do Estado, criou um espaço para um debate sobre a oferta da educação para os todos, de modo que, este princípio foi ampliado pela Lei nº 9.394/96, tornando instrumento da luta dos movimentos sociais do campo, o direito à Educação.

De acordo com Amboni e Brandão (2023), a atual LDB, trouxe a oportunidade aos movimentos sociais reivindicarem a escola para os sujeitos do campo. A força do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e da sociedade civil organizada se mostrou presente na LDB.

No Brasil, o MST tornou-se, a partir da década de 1980, o mais combativo e forte movimento social do campo. Um dos seus eixos de proposição e ação é o da educação, que se constituiu como uma necessidade no processo de construção e reconstrução do movimento. O MST é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma agrária e um Projeto Popular para o Brasil.(MST)²

As lutas desses movimentos sociais giram em torno de uma educação voltada para o conhecimento e a cultura do campo, garantido o direito de uma escola pública de qualidade. Assim, as pessoas vão ter o direito de estudar no lugar onde vivem, rompendo assim com os estereótipos criados ao longo de décadas, de apenas ver o ambiente rural como uma forma de produção agrícola para a cidade.

² mst.org.br/quem-somos/ acesso em 01 de dezembro de 2023

No estado do Maranhão, desde 1998, os movimentos sociais do campo, se organizam em defesa de políticas públicas da educação que superem a concepção de educação rural, e que consiga uma concepção de uma educação voltada para o direito humano aliado às lutas, de forma democrática igualitária, resistindo aos latifúndios e agronegócio.

O processo histórico da Educação do Campo surgiu nesse período, com os movimentos em busca de uma educação que valorizasse a pessoa do campo, sem fins de agronegócio. A partir dessas lutas, iniciou-se as discussões para uma educação associada à cultura do campo, às experiências das pessoas e sua forma de produção para consumo próprio, para firmar uma Educação do Campo e no campo. A Educação do Campo permitiu que as pessoas que vivem nessas regiões estudem e compreendam profundamente seu próprio território. Essa abordagem educacional visa garantir o direito das pessoas que residem no campo de receberem ensino em seu local de moradia.

Podemos citar também a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), e a Associação em Áreas de Assentamentos do Estado do Maranhão (ASSEMA). Estes movimentos se organizam acompanhados do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) no estado do Maranhão com apoio da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Aos poucos outras instituições se juntaram ao movimento, como a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e o Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Essas instituições unidas lutam por melhorias no sistema educacional do campo, visando contribuir para construção de uma proposta pedagógica de educação que valorize o homem do campo. Através de suas lutas frente aos órgãos públicos reivindica o acesso e garantia de direitos a educação para a população do campo.

No ano de 2002, a Secretaria de Educação junto com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), iniciaram uma série de projetos como a extensão do programa escola ativa, com o foco em substituir as escolas de barracões do interior por escolas de alvenaria e aumentar a oferta de ensino fundamental para as crianças das últimas séries do Ensino Fundamental. Porém, os debates contrariam o proposto pelo BIRD. No ano de 2004, foi realizado o I Seminário Estadual de Educação do Campo e a Carta do Maranhão com os princípios e diretrizes

que os movimentos defendiam. Em 2005, foi criada a Supervisão de Educação do Campo com o objetivo de coordenar políticas públicas em prol da Educação do Campo.

No estado do Maranhão, foram construídas, primeiramente, duas instituições, uma no Município de Poção de Pedra e a outra no município de Coroatá, da qual muitos jovens do município de Codó começaram a frequentar. Já com planos de iniciar a construção de uma EFA em Codó, no início dos anos 2000, começaram as articulações para tal. Em 2003, foi fundada a Associação das Famílias Rurais Aluno e Ex-aluno da Escola Família Agrícola de Codó (AFRAEFAC), que doou o território de 10 mil hectares em uma comunidade quilombola, localizada no Povoado Monte Cristo na MA-026. Nesse contexto, abordaremos a seguir a história da escola que foi o lócus desta pesquisa, uma Escola Família Agrícola (EFA). A EFA é uma instituição escolar que surgiu em prol da população do campo, através da reivindicação de um grupo de pessoas da comunidade monte cristo, localizada no município de Codó, no estado do Maranhão, em busca de uma educação que valorizasse sua cultura, suas experiências e seu território.

A Escola recebeu o nome de EFA Irmã Rita Lore Wicklein, em homenagem a uma religiosa alemã que doou 60 mil reais para construção da escola, e prestou serviços à comunidade rural na área da saúde e social. Na data de 25 de abril de 2005, iniciou-se às atividades pedagógicas na escola.

A AFRAEFAC é mantenedora da escola. Além disso, ela também discute questões de território e Reforma Agrária, com mais outras duas associações que debatem sobre a Educação do Campo: a União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (UAEFAMA) e a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB).

Assim como as associações que lutam em prol de uma Educação no Campo de qualidade, podemos também apresentar algumas leis que foram de extrema importância para sua consolidação enquanto modalidade educacional.

1.4 LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Na Constituição Federal de 1988, o artigo 206, prescreve que: “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”. Ele provoca o debate sobre a

Educação do Campo, trazendo à tona reflexões sobre a oferta de ensino para população do campo. Ainda sobre direitos educacionais temos na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei nº 9.394/96, que no seu Art. 2º declara que a educação é: “dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Ainda na LDB, temos o artigo 28º que trata especificamente da Educação do Campo, no qual é proposto que os sistemas de ensino sejam adaptados às particularidades da vida rural, trazendo conteúdos adequados às necessidades e interesses da população do campo, uma organização escolar adequada, com calendário de acordo com as fases do ciclo agrícola e as condições do clima e ao trabalho na zona rural.

No campo, existem diversas atividades agrícolas da qual os pais costumam levar seus filhos para ajudarem, como no plantio e na colheita. Essas atividades tem período certo para acontecer. Se o currículo da escola não for adequado a essas fases, os estudantes têm que faltar a aula para poder ajudar sua família.

No artigo 3º, a LDB diz que o ensino deverá ser ministrado com base em alguns princípios, dos quais, destacamos a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, possibilitando trazer para sala de aula a rotina e a vivência do aluno. Estabelecer uma relação direta da educação com as experiências e vivências do aluno, permite que a educação seja mais flexível e adaptativa para cada contexto de grupo específico, trazendo suas culturas para o ambiente escolar.

Precisamos apresentar propostas curriculares que valorizem e socializem os conhecimentos e experiências dos alunos. Nesse contexto, mencionamos o artigo 23 da LDB, em que é exposto que o calendário escolar pode ser modificado de acordo com a singularidade dos alunos:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. § 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

De acordo com o artigo citado, o calendário da escola pode sofrer alteração, se assim for adequado ao ambiente em que a escola se situa, levando em conta fatores externos como clima, algum fator próprio da comunidade, entre outros. No artigo 28, são colocadas as diretrizes a serem seguidas pelo currículo escolar, como a propagação dos valores fundamentais de importância social, os direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem-estar geral e à ordem democrática; as condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento de ensino; a direção para o trabalho e a promoção dos esportes educacionais e não educacionais.

Ainda sobre leis, temos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que tem como objetivo orientar as decisões sobre a educação; elaborar propostas e planos que auxiliem na construção de uma educação de qualidade; estabelecer metas educacionais e organizar avaliações de ensino; compra de materiais didáticos; organizar formação para professores e outras funções que possam ajudar a educação, além de garantir que todos os alunos tenham direito à educação (BRASIL, 1997).

Podemos avançar para as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Parecer CNE/CEB nº 36/2001, voltada para a Educação do Campo, que tem como objetivo garantir direitos de uma educação adequada aos cidadãos do campo, visando contribuir para sua formação cidadã e igualitária. As diretrizes representam uma das propostas para Educação do Campo, na qual podemos observar que a escola do campo está totalmente ligada à realidade do aluno, aos saberes passados ao longo dos tempos, à convivência com a comunidade local, às interações sociais e ao desejo de uma qualidade de ensino que valorize toda a riqueza histórica do campo (BRASIL, 2001).

Ademais, trazemos o artigo 5º das diretrizes que estabelece o dever de ser cumprido o exposto na LDB nº 9.394/96 nos artigos 23, 26 e 28 que trabalham exclusivamente com a metodologia de valorização e propostas para Educação do Campo.

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei nº 9.394/96, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (Brasil, 2001).

Ainda comentando sobre o artigo 5º, temos que observar que é estabelecido que através dos cumprimentos das leis que antecedem as diretrizes, será possível a educação ter todos seus aspectos valorizados, desde as questões culturais às de gênero, política, social e outras.

Além das legislações educacionais brasileiras específicas da Educação do Campo, citamos um pouco da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ela propõe formas de trabalhar cada disciplina em cada período escolar, desde a Educação Infantil ao Ensino Médio, contribuindo na construção de habilidades e competências que contribuirão com a formação integral das pessoas para atuarem como cidadãos (BRASIL, 2018).

Percebemos que a BNCC é oposta aos ideais da Educação do Campo, visando apenas a construção de um cidadão para o mercado de trabalho, impossibilitando o seu desenvolvimento intelectual. A BNCC valoriza apenas o aumento do índice, a partir da pontuação dos alunos em prova, desconsiderando qualquer tipo de conhecimento que não possa ser avaliado numericamente, como os conhecimentos culturais e experiências anteriores à sala de aula.

A implementação da BNCC limitou o acesso aos conhecimentos e restringiu os conteúdos a serem ensinados na escola, tornando a educação apenas como uma forma de alfabetizar os trabalhadores, porém sem a criação de sujeitos pensantes, questionadores e pesquisadores, como se a educação fosse apenas uma forma de manter a hegemonia política.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa exposta neste artigo é uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo. Utilizamos o método dialético, pois, ele nos mostra que nenhum fato é isolado de interpretações, pois, deve-se observar as influências na sociedade, como a política, economia, cultura e outros. Segundo Gil (2008, p.13), o método dialético é:

A concepção moderna de dialética, no entanto, fundamenta-se em Hegel. Para esse filósofo, a lógica e a história da humanidade seguem uma trajetória dialética, nas quais as contradições se transcendem, mas dão origem a novas contradições que passam a requerer solução.

A dialética possibilita várias interpretações e questionamentos sobre determinados temas, nos fazendo refletir, questionar, e se opor ao pensamento de ordem quantitativa. Não são os números que fornecem os dados. Sendo assim, o que o método dialético busca, a pesquisa qualitativa responde melhor, pois esta, tem como finalidade esclarecer os resultados de pesquisa por meio de análises e percepções. A pesquisa foi organizada em duas etapas: bibliográfica e de campo.

Na etapa bibliográfica, apresentamos os autores/as que, com seus estudos forneceram o embasamento a essa pesquisa, como Kolling; Cerioli e Caldart (2002) com sua conceituação sobre Educação do Campo e como ela precisa ser. Em uma de suas exposições, em que “o homem do campo deve ser ensinado no campo e do campo, sendo assim ele seria ensinado no lugar onde vive e teria uma educação pensada desde o lugar, com sua participação vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais”. (CALDART,2002, p.18).

A pesquisa de campo foi realizada nos dias: 13 de outubro de 2022, por meio de uma visita técnica; e nos dias 15 de abril de 2023 e 13 de maio de 2023, mediante a realização do projeto de estágio supervisionado em Educação do Campo. Durante os três dias, realizamos várias atividades e em período integral, com observações e entrevistas como técnicas de coleta de dados. De acordo com Gil (2008, p. 53), basicamente “a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo”.

Gil (2008, p. 100) conceitua observação como “elemento fundamental para a pesquisa, pois através das observações são construídas as hipóteses, problemas e serve também para coleta de dados”. Sobre as entrevistas, ele declara: “a entrevista é uma forma de comunicação, em um diálogo assimétrico, que uma das partes busca coletar dados e a outra se mostra como fonte de informação” (Gil, 2008, p.111).

O estudo de campo forneceu os dados que foram analisados e organizados em forma de texto descritivo. A análise de dados consistiu em observar os dados coletados e através deles promover discussões e análises sobre o conteúdo adquirido na pesquisa, contextualizando com os autores da mesma temática. Para analisar, foi utilizada a metodologia de acordo com Gil (2008), o pensamento de conceito e elaboração de propostas educacionais de Kolling; Cerioli e Caldart (2002), Arroyo; Fernandes (1999), Bergamasco (2016), Saviani (2016), entre outros. As críticas às

leis nacionais, como LDB, BNCC, Constituição Federal de 1988, PCNs e Diretrizes Curriculares Operacionais da Educação do Campo, foram elaboradas através de Arroyo (2007) com auxílio de outros estudiosos que abordaram a mesma questão.

Quanto ao aspecto ético da pesquisa, elaboramos um documento de autorização de uso de imagem, nome e informações por parte do gestor da escola. O documento utilizado foi o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que apresenta a proposta da pesquisa e seus objetivos. Sendo que, o documento foi entregue ao gestor, que assinou e concordou com a pesquisa e com a entrevista, mediante a leitura e esclarecimentos contidos no termo..

3 EFA DE CODÓ/MA: UMA ANÁLISE

Durante as observações foi possível conhecer o local, sua estrutura e a forma como se tratam os estudantes e professores, e é notório o respeito mútuo. A estrutura física da escola é definida da seguinte forma: a escola possui apenas o andar térreo, é uma construção antiga, pois nunca passou por reforma desde de sua criação em 2005; possui 4 salas de aula, 1 biblioteca, 1 refeitório, 5 quartos, 3 banheiros, 1 sala do diretor e 1 cozinha; possui árvores perto da escola e no pátio possui espaço para as crianças brincarem. Também tem na área externa, 1 campo para os alunos jogarem futebol ou fazerem outras brincadeiras, e uma horta.

A cantina é uma área ampla com forno à lenha, um lavatório (pia), mesa para preparo dos alimentos, dividida em 2 áreas: a cozinha e a sala de refeições, é bem ventilada, iluminada e limpa. A cozinheira não possui orientação de uma nutricionista. A escola possui um campo para práticas esportivas, jogos e brincadeiras, é uma área limpa, sem cobertura. A escola possui apenas uma biblioteca, que é usada tanto pelos alunos para estudar como pelos professores para reuniões. Ela possui alguns livros, mesas e cadeiras de plástico.

As salas de aula são espaçosas, acomodam até vinte alunos, porém, só frequentam 12 alunos em sala de aula. A escola tem matriculados 42 alunos³, sendo

³ informação coletada na entrevista com o gestor da escola Acelino de Sá Coutinho Filho, no ano de 2022

ela uma escola de ensino fundamental II, atendendo do 6º ao 9º ano. A sala é limpa, organizada, iluminada e há trabalhos dos alunos colados na parede da sala.

Na escola tem dez professores, que recebem o nome de monitor. Todos eles têm formação na sua área específica de atuação, porém, às vezes, alguns professores que são destinados à EFA, acabam desistindo do emprego por conta do currículo ser diferenciado e do calendário escolar que alterna 15 dias em casa e 15 dias na escola.

⁴ A afetividade entre alunos e professores beneficia o processo de ensino aprendizagem, criando uma ambiente produtivo de ensino, no qual Cunha e Oliveira (2022, p. 118) destacam:

outro fator importante na prática pedagógica é o afeto como instrumento que pode indicar possível direção, que consideramos essenciais para levar em conta quando se pretende que, o processo ensino-aprendizagem seja mais produtivo e satisfatório, tanto para a/o professor/a quanto para a/o estudante. é necessário, ainda, a/o estudante em sua totalidade e concretude.

A relação dos professores com os alunos pode auxiliar ou prejudicar o processo de ensino, sendo que os benefícios podem ser tanto para um como para o outro. O mesmo pode se falar das dificuldades. É necessário estabelecer uma boa relação entre professor e aluno para criar um ambiente de harmonia e conhecimento.

A Escola Família Agrícola Rita Lore Wicklein adota como modelo pedagógico, a Pedagogia da Alternância, na qual consiste em conciliar os conhecimentos escolares com o conhecimento de sua convivência, assim promovendo uma troca de conhecimentos. De acordo com Kolling; Cerioli e Caldart (2002), “a Pedagogia da Alternância é como um desejo de não cortar as raízes com o campo”, pois busca integrar a escola, família e comunidade. Nela, temos o tempo-escola e tempo-comunidade, pelo qual são organizadas as turmas com o intuito de integrar o campo com a escola. Na Pedagogia da Alternância, os estudantes vivem no modelo de internato, eles passam o período de 15 dias na instituição e 15 dias em casa, tendo, respectivamente, atividades em ambos os locais. Segundo Pietrafesa (2007), um dos objetivos das escolas de Pedagogia da Alternância é justamente promover a maior integração entre a juventude rural, o sistema produtivo, sua reprodução social e a manutenção das relações familiares.

⁴ Informação coletada na entrevista com o gestor da escola Acelino de Sá Coutinho Filho. 2022

A organização pedagógica da escola consiste na Associação, Pedagogia da Alternância, ensino integral e desenvolvimento do meio. A escola visa a formação e preparação dos alunos para o Ensino Superior. A comunidade de pais é responsável por elaborar reuniões e discussões para melhorias, contrato de professores, votação para o diretor escolar e outras funções de caráter organizacional.

Através das observações feitas na Escola Família Agrícola Rita Lore Wicklein, podemos perceber que a Pedagogia da Alternância busca melhorar a qualidade de vida da pessoa do campo, mas também elaborar propostas que tornem o sujeito ativo e pensante. Possibilitando, que a população campestre lute por seus direitos e ideais. Através da união da comunidade Monte Cristo em busca de melhorias na área da educação. Mesmo sendo uma escola do campo, a mesma se mantém com uma boa proposta metodológica e pedagógica, contrariando os estereótipos criados em torno das escolas do campo e garantindo uma educação de qualidade, com a parceria da família e da comunidade. A escola possui uma relação direta com a comunidade na qual os benefícios são mútuos para todos.

A EFA está possibilitando uma realidade nova para esses filhos de camponeses, auxiliando no processo de ensino aprendizagem, partindo dos pressupostos da Pedagogia da Alternância, como um modelo de currículo a ser seguido pelas escolas do campo, valorizando o sujeito e seu local de vivência.

No dia 13 de outubro de 2022, realizamos uma visita técnica à Escola Família Agrícola Rita Lore Wicklein, com uma observação do local e de outros aspectos, e realizamos uma entrevista com o gestor da escola, a fim de coletar dados para elaboração de estudos subsequentes.

A entrevista foi realizada, com o gestor da escola Acelino de Sá Coutinho Filho, a entrevista durou aproximadamente 30 minutos, dos quais foram respondidos os questionamentos feitos, sobre o surgimento da escola, a quantidade de professores, alunos, o currículo da escola, sobre os recursos financeiros destinados à escola por meio do poder público e sobre o Projeto Político Pedagógico da escola (PPP).

No PPP da escola, temos as disciplinas, o plano de formação, um pouco da história da escola e os instrumentos avaliativos. Temos também a organização curricular. O currículo da escola está organizado da seguinte forma: Horário das Disciplinas; Sábado Letivo; Tempo Comunidade; Serão; Plano Estudo; Convívio na Família; Avaliação (quantitativa e qualitativa); Notas (mínimo 3,0; máximo 9,0).

O cronograma das disciplinas é estruturado da seguinte maneira: as atividades têm início às 6h00 da manhã, de segunda a sábado. Os alunos iniciam o dia organizando o café, realizando tarefas de limpeza e participando de momentos de oração. As aulas começam às 7h30 e seguem até às 11h30. Após esse período, ocorre o almoço às 11h40. As atividades retomam à tarde, das 13h00 às 16h40. Em seguida, às 17h00, os alunos participam da manutenção da horta e de partidas de futebol. Às 18h00, é o horário destinado ao banho; às 19h30, ocorre o jantar e, às 21h00, é estipulado o horário de dormir.

As disciplinas oferecidas são similares às das escolas urbanas, incluindo matérias comuns, como também disciplinas voltadas para agricultura, zootecnia e filosofia.

O Tempo-comunidade é o período em que os alunos passam em casa, realizando práticas pedagógicas orientadas, no período de 15 dias em alternância com a escola, construindo uma boa relação com a família e comunidade para com a escola. Esse Tempo-comunidade favorece a construção de uma memória social de participação e luta por seus direitos para os estudantes, conciliando os conhecimentos culturais da comunidade com a escola, trazendo culturas e crenças para sala de aula com foco em enriquecer o conhecimento e o conteúdo trabalhado.

O Tempo-escola é o período destinado para os alunos estarem na escola realizando atividades pedagógicas e formativas, através dos recursos escolares e da participação ativa do grupo de monitores (professores). Além disso, visa uma formação cidadã com valores de respeito mútuo, valorização da cultura, respeito pelo ambiente de convivência e possibilitando um pensamento mais crítico e reflexivo por parte da comunidade do campo.

De acordo com o PPP da escola, há alguns instrumentos avaliativos como:

- **Plano de estudo** que consiste em uma pesquisa sobre um tema de caráter social, presente na vida do aluno, que o aluno realizará no Tempo-comunidade, ou seja, em família. Depois de elaborado o plano de estudo, os alunos juntamente com os monitores escolhem como vão apresentar seja uma dramatização, mímica, teatro informal, debate entre outros;
- **A Colocação em Comum** é outra prática avaliativa, realizada em sala de aula, ainda ligada a outra atividade, pois esta é a forma como os alunos vão

apresentar o plano de estudo, sendo dramatização, teatro, debate, conversa e outros;

- **O Caderno da Realidade** é onde o aluno registra suas anotações, reflexões e estudos;
- **Visitas às famílias** é quando o monitor vai até a casa do estudante para compartilhar e debater sobre questões educacionais, técnicas agropecuárias e demais assuntos relacionados à comunidade e à escola;
- **Intervenções externas** são palestras de aprofundamento de temas trabalhados no plano de estudo;
- O **Serão** consiste em uma atividade complementar para ser realizada no horário extracurricular, como uma atividade lúdica, cultural e entre outros.

O gestor da instituição resume a EFA em uma palavra "resistência", pois há muitos desafios a serem enfrentados, tanto por conta do governo não entender o projeto, como também pela falta de recursos e de um olhar mais atencioso da instituição gestora do município.

Através de todo conteúdo apresentado durante a entrevista pelo gestor, podemos definir o currículo da EFA como muito importante, inovador e voltado para as questões do campo, como deve ser na Pedagogia da Alternância. O currículo da EFA tem bastante conteúdo a ser analisado e observado, as propostas de ensino e avaliação diferenciam-se totalmente das escolas urbanas, valorizando o sujeito, o seu meio e seus conhecimentos. Podemos notar um avanço no sistema educacional apoiando e criando leis que beneficiam não só a população urbana, mas também a do campo. No aspecto político, a EFA não é compreendida pelo poder público, sendo que estes destinam poucos recursos para a escola, a maior dificuldade das escolas do campo é serem desvalorizadas pela gestão pública.

3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando as discussões sobre o currículo da Educação do Campo, podemos considerar que através da pesquisa de campo, por meio da observação e da entrevista, foi possível coletar e construir dados que auxiliaram esta pesquisa,

trazendo reflexões significativas sobre as questões do campo, como a sua organização curricular.

A pessoa do campo precisa ser educada no campo, para o campo e sobre o campo (Kolling, Cerioli, Caldart, 2002). Desse modo, traçamos inúmeras conexões com a Pedagogia da Alternância, que consiste justamente em ensinar a pessoa do campo com uma metodologia que valorize seus conhecimentos, que concilie o conhecimento escolar com o conhecimento oriundo de seu ambiente de vivência. Uma vez que a Pedagogia da Alternância é a prática pedagógica que consiste em conciliar os conhecimentos do campo com a escola, com a participação da comunidade, na qual os alunos terão horários diferentes, pois alternam entre 15 dias no Tempo-escola e 15 dias no Tempo-comunidade, trabalhando com atividades propostas para o desenvolvimento do seu meio.

A questão da pesquisa foi como o currículo é organizado na escola do campo? Em muitas escolas do campo, o currículo adotado é o mesmo utilizado na área urbana, não valorizando os conhecimentos e a cultura do campo. O currículo na escola pesquisada se baseia nos ideais de Kolling, Cerioli e Caldart (2002), Arroyo; Fernandes (1999), dentre outros, apropriando-se da Pedagogia da Alternância como metodologia de ensino, como uma pedagogia inovadora e diferente, mas que coloca a pessoa do campo como centro da sua educação, como sujeito ativo e participativo.

Desse modo, podemos concluir que a EFA ao adotar a Pedagogia da Alternância, está contribuindo para a construção de cidadãos críticos e ativos na sociedade, passando a mensagem para outras escolas campesinas utilizarem a mesma pedagogia, pois assim garantirão os direitos dos seus alunos. Como sabemos, a cada dia a sociedade se modifica e aprimora seus conhecimentos. Então, garantir que as crianças do campo tenham uma boa educação é uma forma de enriquecer a Educação do Campo e sua participação na sociedade.

ANEXO

ROTEIRO DE PERGUNTAS DA ENTREVISTA

Estrutura Física da Escola

1. Como é a estrutura do prédio? É antiga ou nova? Tem mais de um andar? Possui áreas externas à construção? É arborizada? É organizada, de forma a permitir fácil acesso e movimentação dos alunos e funcionários?

2. Como é o pátio? É amplo o suficiente para acomodar os alunos? É bem ventilado, iluminado e limpo? É confortável para os alunos?
3. A escola possui cantina? Se sim como ela é? Possui lugares suficientes para os alunos se acomodarem? É bem ventilado, iluminado e limpo?
4. Como é a área de práticas esportivas da escola? São cobertas as quadras e demais áreas? Possui lugares próximos para os alunos beberem água?
5. A escola possui biblioteca e laboratórios? Como são esses espaços? São usados com frequência?
6. A escola possui lugares que você julga serem de risco para os alunos?
7. Há espaços que facilitem a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência física?
8. Como são as salas de aula? São amplas? Acomodam quantos alunos? Esse número é suficiente? São limpas, iluminadas e ventiladas? As carteiras são organizadas de que forma? Há trabalhos de alunos colados na parede da classe, ou em outras dependências da escola?

Perfil da Turma

1. Quantos alunos essa turma possui? Pergunte ao professor o número médio de alunos que costumam frequentar as aulas. Qual a idade média desses alunos?
2. Esses alunos trabalham ou exercem outras atividades além das escolares? Possuem tempo disponível para estudar?
3. Esses alunos moram perto da escola? Que tipo de transporte costumam usar para ir à escola? Quanto tempo gastam para chegar à escola?
4. Como é a relação entre os alunos e professor? Os alunos prestam atenção no que o professor fala? Os alunos demonstram respeito e confiança no professor? O professor demonstra respeito, carinho, afeto e amizade pelos alunos? Como o professor lida com a indisciplina e os conflitos na sala de aula?

Perfil docente

1. Quantos professoras/es a escola possui? Qual sua formação? Há quanto tempo trabalham na EFA? Eles/as gostam do que fazem? São contratados ou efetivos?
2. Como é a carga das/os professoras/es que atuam na EFA? Elas/es tem tempo para estudar?

Item 2: Características da Pedagogia da Alternância

1. Como é a organização pedagógica da escola? Quais são os objetivos declarados da escola no PPP? Visa formação técnica ou preparo específico para ingresso no ensino superior, por exemplo?
2. Existe distribuição equitativa das disciplinas em todas as áreas de conhecimento (Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Códigos e Linguagens) ou prevalência de disciplinas de alguma área para cada nível de ensino atendido pela escola?
3. Que conceitos, sentidos e significados são atribuídos à Educação do Campo na EFA? Como é o contexto sociocultural, político, ambiental e cultural da comunidade visitada? Como são as práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem na Pedagogia da Alternância implementadas na EFA?

4. Como está organizado o currículo da EFA? Como são realizadas as avaliações da aprendizagem? Que e como são utilizados os instrumentos pedagógicos?

REFERÊNCIAS

AMBONI, V. BRANDÃO, E. **Trabalho, Cultura E Identidade Nas Diretrizes Curriculares Da Educação Do Campo Do Paraná**. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/periferia.2023.75163>. Acesso em 13 de novembro de 2023.

Araujo, Ronaldo Marcos de Lima. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. Trabalho, Educação e Saúde [online]. 2015, v. 13, n. 3 [Acessado 01 Dezembro 2023], pp. 819-822. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sip00073>>. ISSN 1981-7746. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sip00073>.

ARROYO, Miguel. FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação Básica e o Movimento Social no Campo**. Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. Brasília: 1999.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores do campo**. Caderno Cedes, Campinas, vol 27,n. 72, p. (157-176),maio/ago, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2023.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2023

BRASIL. Parecer CNE/CEB 36/2001 - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC, 2001. BRASIL. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2023.

BERGAMASCO, Wanderléia Aparecida. **Educação do Campo: concepção, fundamentos e desafios**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Curitiba: SEED/PR, 2016. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>, Acesso em 25 de outubro de 2023.

CAMPOS, Débora Lima. SILVA, Sebastião Constantino Brito da. **O conceito de currículo : um breve histórico das mudanças no enfoque das linhas curriculares**. Amazonas. Revista: Igapó. 2009. Disponível em: <https://igapo.ifam.edu.br/index.php/igapo/article/download/30/31/85>. Acesso em 04 de novembro de 2023.

CAVALCANTI, C. R. O movimento nacional por uma educação do campo e os desafios da construção de políticas públicas para a educação do campo no Maranhão In: COUTINHO, A, F (Org.). Sobre políticas Educacionais no Brasil: interpretações acerca de lutas, conquistas e os desafios para a educação no século XXI. São Luís: EDUFMA, 2009.

CORDEIRO, C. T; HAMERMULLER, D. O. **Educação do Campo: Perspectiva e atitudes**. Londrina: Syntagma Editores. 2019.

COSTA, L. M. BATISTA, M. S. X. **O Currículo Na Perspectiva Da Educação Do Campo: Contraponto às políticas curriculares hegemônicas**. Revista Espaço do Currículo, v. 14, n. 2, p. 1-15, 2021.

CUNHA, Irislene Paiva Araújo, OLIVEIRA, Kelly Almeida de. **Práticas Pedagógicas na Terra de Gonçalves Dias**. In: MORAIS, Joelson de Sousa, COSTA, Cristiane Dias Martins da, VILANOVA, Lucinete Fernandes. Formação Docente e Práticas Pedagógicas: Desafios e Possibilidades em Múltiplos Contextos. São Carlos- SP: Pedro & João Editores, 2022.

FELIX, E. M. L. da S.; SANTOS, S. G. dos. Reflexões sobre pesquisas em torno das políticas e projetos de educação do/no campo: história, concepções e resultados. Revista Interseção, 2(1), p. 215-237,2021. Disponível em: <https://doi.org/10.48178/intersecao.v2i1.278>. Acesso em: 03 de Novembro de 2023

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed São Paulo: Atlas, 2008.

HALMENSCHLAGER, Karine Raquiel et al. Articulações entre educação do campo e ensino de ciências e matemática presentes na literatura: um panorama inicial. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)**, v. 19, 2017.

JESUS, Adriana Regina de. **Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional**. 2009.

KOLLING, Edgar Jorge. CERIOLI, Paulo Ricardo. CALDART, Roseli Salette. **Educação do campo: identidades e políticas públicas. Articulação Nacional por uma Educação do Campo**. V. 2, 2002 Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-identidade-e-politicas-publicas.pdf>. Acesso em 13 de novembro de 2023.

LEITE, S. **História da companhia de Jesus no Brasil Lisboa**, 1938. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698136933>. Acesso em 24 de novembro de 2023.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra. mst.org.br acesso em 01 de dezembro de 2023.

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pedagogia-da-alternancia> acesso em 30 de outubro de 2023.

PIETRAFESA, J. P. **Escola Família Agrícola: um espaço de inovação educative no meio rural**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 7, nº 2. 2007.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre. Artmed, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300016>. Acesso em 04 de novembro de 2023.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica na educação do campo. In: BASSO, Jaqueline Daniela, SANTOS NETO, José Leite dos. BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **Pedagogia Histórico-Crítica e Educação no Campo: História, Desafios e Perspectivas Atuais**. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2016.

VALADÃO, Alberto Dias. A pedagogia da alternância frente às teorias do currículo: tradicional, crítica ou pós-crítica?. Roteiro, v. 48, p. e32209-e32209, 2023.

ZAMBERLAN, S.A. **Pedagogia da Alternância**. Vitória, 1995.